

‘Museus em revistas’: as origens e disputas pelo Museu do Arquivo Nacional

‘Museums in journals’: the origins and disputes for the National Archives Museum

Ana Lucia de Abreu Gomes*
Maria Margaret Lopes**

Resumo: O objetivo deste artigo é dar a conhecer alguns aspectos da trajetória do Museu do Arquivo Nacional e de suas coleções. Como se tratam de coleções que foram incorporadas ao acervo de outro museu, perseguimos seus “indícios e sinais” em referências que, com outros objetivos, acabavam por tratar do Museu, em documentos institucionais e em três periódicos brasileiros: *Publicações do Arquivo Nacional*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e *Anais do Museu Histórico Nacional*. Por meio dessas publicações identificamos um museu cujo trajetória se encontra vinculada ao Império Brasileiro e às disputas por suas ressignificações nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Museu Histórico do Arquivo Nacional. Arquivo Nacional. Museu Histórico Nacional. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Museologia.

Abstract: The aim of this paper is to show some aspects of the path of the National Archives Museum and its collections. As these are collections that had been incorporated into the collection of another museum, we have pursued their “evidence and signs” in references that, for other reasons, quoted the Museum, in institutional documents, and in three Brazilian journals: *Publicações do Arquivo Nacional*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e *Anais do Museu Histórico Nacional*. Through these publications, we identified a museum whose trajectory is linked to the Brazilian Empire and to disputes for its resignifications in the first decades of the 20th century.

Key-words: Historical Museum of the National Archives. National Archives. National Historical Museum. Brazilian Historical and Geographic Institute. Museology.

Introdução

Este artigo parte da proposição de se considerar ‘museus em revistas’ em pelo menos três publicações. A primeira delas ‘*Publicações do Arquivo*’ então Público do

* Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense - licenciatura e bacharelado. Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutorado em História Cultural pela Universidade de Brasília. Atuou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Departamento do Patrimônio Imaterial. Atualmente é Professora Adjunta do Curso de Museologia da Faculdade de Ciências da Informação da UnB e Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação de Ciências da Informação da Universidade de Brasília. E-mail: anaabreu.68@gmail.com

** Possui graduação em Geologia pela USP, Mestrado em Educação pela UNICAMP, Doutorado em História Social pela USP e Livre Docência em História das Ciências pela UNICAMP. Professora associada MS-5 do Instituto de Geociências da UNICAMP de 1986 a 2009, é atualmente Bolsista PQ 1-C do CNPq e pesquisadora colaboradora senior do Programa de Pós-Graduação de Ciências da Informação da UnB e orientadora plena do Programa Interunidades em Museologia MAE-USP. E-mail: mariamargaretlopes@unb.br. A autora agradece ao CNPq o apoio a suas pesquisas.

Império, iniciada em 1886, foi uma daquelas produções que seguindo renovações de políticas editoriais de suas instituições acabaram ou se transformaram, recebendo novos títulos, como no caso a própria instituição, que com a República, se tornaria Arquivo Público Nacional (1889) e mais tarde Arquivo Nacional (1911). A segunda, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB* – é talvez uma das publicações ininterruptas nacionais mais antigas, suficientemente conhecida, desde seu primeiro volume de 1839. A terceira, inaugurada em 1940, são os *Anais do Museu Histórico Nacional*, instituição para a qual foram transferidas as coleções pertencentes ao Museu do Arquivo Nacional.

Nosso objetivo foi seguir em alguns volumes dessas publicações, indícios do que foram as iniciativas em torno do Museu Histórico do Arquivo Público do Império/Nacional, que deixou de existir com suas coleções transferidas e ressignificadas na dinâmica das construções dos espaços museológicos no país, nas primeiras décadas do século XX. Situamos o Museu Histórico do Arquivo Público do Império/Nacional entre esses museus que estão ainda por merecer maior atenção da Museologia brasileira.

Nesse artigo, que parte de pesquisas em andamento¹, e contempla apenas as referências ao Museu nas revistas, trazemos algumas pistas e considerações como contribuição para a compreensão das origens desse Museu disputado e, por fim, desaparecido.

O Museu do Arquivo Histórico não é uma presença marcante nessas publicações. No entanto é a partir dessas poucas referências em volumes especiais desses periódicos que surgem alguns indícios do que poderia ter sido esse museu e a relevância ou não que se dava a ele. Autores que dedicaram algumas páginas e parágrafos ao Museu em meio a outros objetivos de suas publicações como Lourenço (2014) e Estevão e Fonseca (2010) fornecem também pistas valiosas que perseguimos nos também jornais, relatórios dos ministros de Estado e dos diretores do Arquivo Nacional. De imediato cabe destacar que esse Museu teve alguma relevância, senão seu acervo não teria sido disputado em propostas de museus diversos e não acabaria integrando o núcleo inicial do Museu Histórico Nacional em 1922.

¹ Tratam-se dos projetos em desenvolvimento na Faculdade Ciência da Informação/UnB: - Contribuições para um panorama Museológico brasileiro: Museus provinciais, do século XIX às primeiras décadas do século XX (FASE I) e - Por uma história dos Museus no Brasil na segunda metade do século XX.

O Museu do Arquivo Histórico: “Um Museu do Estado” na “Casa da História”

Em 1937, o então diretor do Arquivo Nacional de 1922 a 1938 - João Alcides Bezerra Cavalcanti (1891 – 1938) – redigiu a ‘Apresentação’ do volume 35 das “*Publicações do Arquivo Nacional*”. Tratava-se de uma edição comemorativa conforme o próprio Bezerra destaca em seu texto:

O Arquivo Nacional comemorará a 2 de janeiro de 1938, o seu primeiro centenário. Casa da história, onde se vive diuturnamente no mais íntimo convívio com o passado nacional, não poderia deixar decorrer essa efeméride sem que fosse plantado um marco como lembrança de tão grande dia na vida da instituição. A sugestão das datas centenárias decorre na civilização cristã do afastamento da tragédia inicial dessa civilização, mas também da certeza de que cada geração de homens não as vê passar, em toda a vida, senão uma só vez. (CAVALCANTI, 1937, p. III)

A referência é bem clara, tratava-se do Centenário da criação da instituição – o Arquivo Nacional – a “casa da história”. Como é do conhecimento de todos, a produção editorial, a editoria das instituições é uma das estratégias para a divulgação do trabalho executado nas mesmas, ao tempo em que se divulga o acervo documental institucional no caso de instituições arquivísticas. Em muitos casos, essa tarefa consta como uma obrigação estabelecida nos próprios regimentos ou estatutos institucionais. Essas revistas funcionaram também como importantes veículos de troca, de intercâmbio de publicações, por vezes até no exterior, para compor as bibliotecas das instituições editoras e aumentar seu prestígio sócio-político local.

Igualmente, não se desconhece o aspecto seletivo, curatorial dos processos editoriais. Editar é selecionar e, portanto, escolher e descartar. Alcides Bezerra, ao coordenar e supervisionar o texto escrito por Pandiá H. de Tautphoeus Castello Branco, bibliotecário do Arquivo, para a edição de mais um número comemorativo da série “*Publicações do Arquivo Nacional*”, o intitula como *Subsídios para a História do Arquivo Nacional na Comemoração do seu Primeiro Centenário (1838 – 1938)*.

Os *centenários* são mecanismos de comemoração relativamente recentes. Para um conjunto de autores (CONNERTON, 1999; QUINAULT, 1998; FENTRESS, WICKHAM, 1994) eles se tornaram eventos marcantes a partir do século XIX. Eles seriam indicativos de uma nova maneira das sociedades se relacionarem com o seu passado; poder-se-ia observar aí uma nova função social para o passado sendo capaz de integrar presente e passado ao construir uma narrativa sobre esse passado que dê sentido ao presente, na dimensão da coletividade, afinal comemorar é lembrar junto.

Parafraseando Benedetto Croce (1965), os centenários têm a capacidade de transformar qualquer evento histórico em um evento contemporâneo.

Essa operação – a escrita da História – se reveste de mecanismos de domesticação do vivido, como se nele não houvesse “buracos negros deixados pelo esquecimento. Em certa medida, ela [a escrita da História] é uma previsão ao contrário.” (CATROGA, 2001, p. 46). Ao comemorar o centenário do Arquivo Nacional, combinava-se nesse processo de operação historiográfica “(...) um *lugar* social de *práticas* científicas e de uma *escrita*” (CERTEAU, 1982, p. 66) (Grifos do autor).

Alcides Bezerra, ao editar este volume das *Publicações* comemorativo do centenário da instituição, inscreve – e conseqüentemente apaga – (CHARTIER, 2007) em sua narrativa aquilo que considerou significativo para a trajetória institucional ao longo de seus primeiros cem anos. A despeito dessa operação, nosso editor em sua retórica, afirma o contrário:

Não quero terminar este ligeiro prefácio sem frisar que alguns vultos que serviram ao Arquivo, no decorrer desse primeiro século, encontraram na pena do professor Tautphoeus o instrumento de sua ressurreição. Na sua singeleza são páginas magistrais as dedicadas a Ciro Cândido Martins de Brito e Machado Portela, modelos de grandes funcionários do Império. **Outros, com menores serviços, foram adequadamente lembrados, e ninguém foi esquecido.** (CAVALCANTI, 1937, p. V) (Grifo nosso.)

Ciro Cândido Martins de Brito (1790-1857) foi o primeiro diretor do Arquivo entre 1840 e 1857 e Joaquim Pires Machado Portela (1827-1907), diretor do Arquivo de 1873 a 1898, foi destacado por Alcides Bezerra como o grande diretor durante o Império. Filho de elites pernambucanas, Joaquim Portela teve um papel político de destaque na província, como diretor de Instrução Pública, deputado provincial, vice-presidente e presidente interino, deputado geral por Pernambuco. A rede de sociabilidades que constituiu incluía, por exemplo, ter sido sócio fundador, desde 1862, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), bem como sócio do IHGB desde 1870 (Estevão e Fonseca, 2010).

Neste volume comemorativo de 1937, das *“Publicações do Arquivo Nacional”* Alcides Bezerra supervisionou o texto “Evolução da Instituição através dos Relatórios dos seus diretores no Regime Monárquico”, de Pandiá Castello Branco, fazendo uma editoria comentada sobre esses relatórios que compreendiam o período de 1843 a 1884. Aí nos conduziu às proposições, iniciativas, existência e importância do Museu do Arquivo Nacional. Como a operação de edição adquire características de produção

historiográfica, pode-se afirmar, então, que se juntou à esperada atividade seletiva da edição, outro aspecto igualmente seletivo que foi o de selecionar aquilo que seria relevante para constar nas páginas (sempre limitadas) da publicação.

Na publicação dos trechos desses relatórios, o então diretor do Arquivo seguia a linha de um de seus antecessores - esquecido no seu breve prefácio – Luiz Gastão Escragnole Doria (1869-1948) – que dirigiu o Arquivo entre os anos de 1917 e 1922, e que já publicizara no volume das *Publicações*, em 1919, alguns dos antigos relatórios inéditos dos diretores no período de 1844 a 1860. (DORIA, 1919).

Do Relatório de 1876 de Joaquim Portela, Alcides Bezerra ressaltou justamente a proposição da organização do Museu do Arquivo Público:

Se os Arquivos Públicos devem ter uma peculiar biblioteca *como parte integrante e indispensável*, na frase de Mr. Alfred Maury, cumpre que também possuam um *museu especial*, como modernamente os estão criando e desenvolvendo diversos Arquivos da Europa. Se este ainda não dispõe de proporções para possuir um museu histórico, não deve deixar de ir desde já reunindo materiais, cuja aquisição, por agora ainda não muito dificultosa, tornar-se-á depois sumamente custosa, etc. (Relatório de Machado Portela, 1876 In: CAVALCANTI, 1937, p. 110.

Dessa forma, Joaquim Portela fazia referência às mudanças estabelecidas pelo novo Regulamento do então Arquivo Público do Império, que por sua iniciativa havia sido estabelecido pelo Decreto 6.614 de 24 de março de 1876. Joaquim Portela, em ofício encaminhado ao Ministro do Império João Alfredo Correa de Oliveira, um ano antes, em março de 1875 - reproduzido nas *Publicações* de 1937, no item intitulado XVII “As Primeiras contribuições e ideias sobre o futuro Museu Histórico” - justificava a necessidade de reunir e conservar “o primeiro material (moedas e medalhas)”:

Ilmo. e Exmo. Snr. Sendo consideradas as medalhas e moedas como monumentos históricos é de *manifesta conveniência que possua este Arquivo, senão uma coleção completa, que hoje será mais difícil obter, ao menos, o maior número possível de medalhas, que tenham sido cunhadas para comemorar fatos ou acontecimento pátrios, de qualquer natureza*. Não menos conveniente será possuir o Arquivo uma coleção de todas as moedas do Brasil, quer metálicas em suas diversas espécies e cunhos, quer de papel ou notas, das diferentes séries que têm sido emitidas. Certo do sincero interesse que tem V. Ex. manifestado pelo desenvolvimento deste estabelecimento, sou a rogar a V. Ex. digno-se de dar as precisas providências não só para que as Repartições competentes para aqui remetam com a devida e circunstanciada relação uma medalha ou moeda de cada qualidade, que ainda possuírem, como para que dora em diante não deixe de

ser aqui depositada qualquer que se cunhe ou emita em circulação. Por minha parte, farei toda a diligência para obtê-las como oferta de particulares, cujos nomes, oportunamente, levarei ao conhecimento de V. Ex. Deus Guarde. (...) (CAVALCANTI, 1937, p. 273) (Grifo do autor)

Com o novo Regulamento, o Arquivo passou a contar com 4 seções: legislativa, administrativa, judiciária e histórica. Foi criada oficialmente uma biblioteca, melhor organizando os livros que já existiam na Instituição e uma mapoteca. Embora não se criasse ainda um museu, a Seção Histórica passaria a abrigar uma coleção de moedas e medalhas conforme os incisos XV e XVI do Artigo 6º do referido decreto:

XV. Uma coleção das medalhas que tenham sido ou forem sendo cunhadas para comemorar acontecimentos pátrios ou quaisquer fatos, ou para prêmio de serviços relevantes.

XVI. Uma coleção das moedas do Brasil, quer metálicas, quer em papel, que tenham sido ou venham a ser emitidas, bem como o modelo das apólices do Governo. (BRASIL, 1877).

Além de outros documentos históricos a essa seção também cabia a guarda das cópias autênticas de patentes, assim como planos e modelos de invenções. Ou seja, objetos materiais diferentes de documentos em papel, como medalhas, moedas e protótipos de invenções continuavam entendidos como “provas empíricas” do que era atribuído como função dos documentos, “a partir de uma concepção positivista e do espírito de cientificidade da época”. No Arquivo Nacional o documento tornava-se “fundamental para a construção da história nacional e para a legitimidade do Estado” (COSTA, 2000, p.224)

A Joaquim Pires Machado Portela também se atribui o início do programa editorial do então Arquivo Público do Império², que será seguido e ampliado por seus sucessores. Porque sabemos que Joaquim Portela acompanhava de perto a política editorial do Arquivo Nacional da França e, claro, as próprias publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), da Biblioteca Nacional (BN) e do Museu Nacional (MN) é que podemos inserir a criação do programa editorial do Arquivo Público do Império em uma determinada *ordem*. Conforme assinala Chartier (1994, p. 9) “(...) toda obra está ancorada nas práticas e nas instituições do mundo social. [...] são produzidas em uma ordem específica, que tem suas regras, convenções e hierarquias (...)”, além de intencionalidades.

² Para uma visão mais ampla das Publicações do Arquivo Nacional ver a tese de doutorado de Mariana Simões Lourenço que estamos seguindo nesse artigo (Lourenço, 2014).

O projeto editorial de Joaquim Portela concretizou-se a partir de 1886 com o lançamento do primeiro volume das *Publicações do Arquivo Público do Império* dando início à proposta de uma rubrica de *série*, ou seja, uma coleção de textos, obras, de diferentes autores compilados de maneira conjunta. É um verdadeiro catálogo de catálogos dos documentos materiais reunidos na instituição. Os catálogos foram uma das principais invenções da época moderna e principais objetos materiais das coleções nos dizeres de Paula Findlen (1996). Sofisticados, modernizados, também no século XIX e XX continuaram se especializando, para os arquivos, museus, bibliotecas, e outras instituições, para maior alcance de suas coleções dos mais variados tipos.

As *Publicações* justamente davam a conhecer as preciosidades documentais que o Arquivo Nacional conseguia reunir. O primeiro volume iniciava a série de catálogos e índices da documentação com o *Catálogo das Cartas Régias, Provisões, Alvarás e Avisos de 1662 a 1821, existentes no Arquivo Nacional*. Para o volume 20 de 1922, por exemplo, estava prevista a publicação do *Catálogo das Medalhas do Museu Histórico* – o que atesta a presença dessas coleções na instituição. Em elaboração desde 1919, o trabalho desse catálogo teria se atrasado em função da inclusão de conteúdos históricos³. Teria sido substituído então pelo volume em comemoração ao centenário da Independência: *O Ano de 1822* (Doria, 1922)⁴.

Alcides Bezerra, ao supervisionar a elaboração do volume comemorativo do Centenário do Arquivo Nacional escolheu inscrever como elemento relevante da administração de Joaquim Portela a criação quase 20 anos depois, de um museu em 1893, no interior do Arquivo. Em vários de seus relatórios oficiais Joaquim Portela havia defendido a necessidade da criação de um museu no Arquivo, a semelhança dos que existiam nos mais importantes arquivos europeus. Com os objetos já existentes na 4ª seção de História, já havia conseguido organizar coleções que mesmo relativamente pequenas eram de algum valor (Estevão e Fonseca, 2010). A criação oficial do Museu foi feita por meio de novo Regulamento do Arquivo Nacional, de forma a atender ao Decreto nº 1.580 de 31 de outubro de 1893, tendo em vista a necessidade de sua adequação ao contexto republicano.

³ Embora mencionado nos relatórios do diretor e funcionários, este catálogo que não foi publicado posteriormente não foi encontrado pela pesquisa de Lourenço (2014) na documentação do Arquivo Nacional.

⁴ Localizamos no volume 39 de 1957, das *Publicações*, no “Inventário dos documentos constantes dos mostruários e armário da seção História, as seguintes indicações: Armário 3, no.18 - 1 relação ms. das moedas de cobre da coleção numismática, hoje no Museu Histórico Nacional; no.55 – Um vol. broch. Ms. catálogo das moedas do ant. Museu Histórico do Arquivo Nacional.

No art. 9º, o referido Decreto de 1893 cria um Museu Histórico no interior do Arquivo Nacional. Neste artigo, além da prerrogativa de reunir e conservar moedas e medalhas conforme já havia estabelecido um outro Regulamento de 1876, previa-se em seus cinco incisos a possibilidade de guarda de:

I. Uma coleção das medalhas que tenham sido ou forem sendo cunhadas para comemorar acontecimentos pátrios ou quaisquer factos importantes, ou para prêmio de serviços relevantes.

II. Uma coleção das moedas do Brasil, quer metálicas, quer em papel, que tenham sido ou venham a ser emitidas, bem como o modelo das apólices do Governo; e também uma coleção de padrões de pesos e medidas, antigos e modernos.

III. Um modelo ou exemplar das patentes, cartas e diplomas impressos ou litografados, expedidos por estabelecimentos públicos ou oficialmente autorizados para se conferirem títulos, graus científicos e literários, e prêmios.

IV. Coleção de figurinos, quer representativos do trajar e usos da população civilizada ou selvagem, quer das vestimentas e fardas de funcionários civis e militares, antigos e modernos.

V. Retratos ou bustos de brasileiros notáveis, estampas de edifícios e de monumentos comemorativos de acontecimentos pátrios, cópia de inscrições, fac-símiles, distintivos, utensílios e quaisquer objetos que tenham ou possam vir a ter valor histórico. (BRASIL, 1893)

Se esse decreto tem um sentido prospectivo, em relação ao que se poderia guardar, também é possível visualizá-lo como uma proteção à posse de coleções que já existiam na Instituição⁵. Estes regulamentos, embora sancionados pelos órgãos governamentais, eram em muito resultados das propostas dos próprios dirigentes das instituições e longe de se constituírem em meros documentos burocráticos podem ser considerados os ideais de funcionamento das instituições em cada período, oficializando práticas que já estavam em curso (LOPES, 2008).

Um Museu cobiçado

Instituições parceiras, mas também rivais acumulavam missões e trocavam entre si publicações e coleções que poderiam se sobrepor. Como o Arquivo, o IHGB, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional acumulavam com diferentes ênfases documentos em papel e objetos de cultura material. Todos, ao tempo em que guardavam um claro viés científico, editavam seus periódicos inseridos na *ordem* das publicações institucionais, divulgando em suas edições relatórios, atas de sessões,

⁵ A *Relação dos documentos e mais objetos em exposição*, publicado para a Exposição de 1908, enumera alguns dos móveis e figurinos existentes no Museu do Arquivo, além das medalhas e moedas (Lourenço, 2014). No volume 39 de 1957, das *Publicações* no item “Efemérides do Arquivo Nacional” há informação, na página XXIV, de que o Arquivo havia se preparado para participar da Exposição Nacional de 1908, organizando coleções e publicando o catálogo dos documentos a serem expostos, mas isso não teria ocorrido “por não oferecer garantia de segurança o local que lhe fora destinado na Exposição”

estatutos, documentos. A publicação das atividades institucionais era considerada atribuição regimental das instituições públicas, funcionando como uma memória, um registro das atividades da instituição. Observe-se que mesmo o IHGB não sendo uma instituição pública se inseria nessa *ordem* dos periódicos institucionais públicos⁶. Mas o estabelecimento de um programa editorial dessas instituições também revela outras intencionalidades para além do cumprimento de cláusulas regimentais. Seguindo as interpretações de vários autores (Costa, 2000; Mattos, 1999; Guimarães, 1988) estas instituições, como o Arquivo, são frutos de projetos civilizatórios constitutivos do Estado Imperial brasileiro.

Nos diversos momentos de construção do Estado brasileiro as publicações da Biblioteca Nacional, do IHGB, Museu Nacional assim como do Arquivo e das instituições que passaram a se organizar nas províncias foram extremamente relevantes na composição dessa representação nacional. Se considerarmos que “(...) La mobilité des hommes est en effet un donnée quasi-constitutive de l’histoire de la production imprimée” (JURATIC, 2009, p. 247)⁷ outro aspecto que estava em jogo com o programa editorial dessas instituições era a circulação de saberes e pessoas, suas inserções sociais e políticas por meio da constituição de uma rede de sociabilidades entre pesquisadores, políticos, letrados e homens de ciências.

Estava em jogo também em maior ou menor proporção, o programa curatorial das coleções de objetos existentes nessas instituições, que muitas vezes se sobrepunham e que eram mobilizadas. Apenas alguns exemplos.

Modelos e máquinas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - SAIN permaneceram expostos em salas do Museu Nacional, desde os anos de 1820 até 1878, no espaço que já foi considerado um outro museu individualizado, o Conservatório da SAIN, cujos estatutos também não deixaram de contemplar como obrigações da Sociedade a “aquisição, arrecadação e conservação e máquinas, modelos e inventos adquiridos... para aumento e prosperidade da Indústria nacional” (LOPES; FIGUEIRÔA, *in press*). Os planos, desenhos, modelos e amostras de produtos patenteados deveriam ser guardados no Arquivo Público desde seus primeiros regulamentos da década de 1830 até 1891, quando essa disposição foi alterada e esses passariam para a guarda da pasta da Agricultura e Comércio e para o

⁶ A despeito de não ser uma instituição pública, o IHGB recebia verbas do Estado Imperial brasileiro. Segundo Guimarães (1988, p. 9) “cinco anos após a sua fundação, as verbas do Estado Imperial já representavam 75% do orçamento do IHGB, porcentagem que tendeu a se manter constante ao longo do século XIX.”

⁷ A mobilidade dos homens é, de fato, um dado quase constitutivo da história da produção impressa. (Tradução livre)

Arquivo iriam os processos já concluídos (ESTEVIÃO E FONSECA, 2010). E de fato em relatórios de ministros das diferentes pastas a que se subordinou o Arquivo encontramos registros do cumprimento daquela determinação. A título de exemplo, em 1890 e 1891, haviam sido depositados no Arquivo “26 exposições dos meios e processos com planos, desenhos e modelos afim de obter patente’, tais como: sobre carroça de moer café, mobílias de vime, modelo de calçado articulado”, entre outros (BRASIL, 1891). Em 1911, uma notícia de jornal informava que esses materiais relacionados às patentes continuavam sendo mobilizados. Seriam recolhidos no Arquivo Público Nacional cerca de mil memoriais descritivos de invenções acompanhados de desenhos e amostras que se achavam depositados na Diretoria Geral de Indústria e Comercio do Ministério da Agricultura⁸.

Um documento do Arquivo Nacional traz a *Relação das moedas e medalhas existentes no medalheiro* do Museu Nacional, datado em 31 de janeiro de 1874. As moedas identificadas como nacionais e estrangeiras e por sua composição em ouro, prata, níquel e cobre somavam um total de 2.959. As medalhas também relacionadas enquanto nacionais ou estrangeiras de ouro, prata e metais diversos, com destaque para antigas medalhas romanas somavam 1266. As medalhas das guerras brasileiras em prata, zinco e cobre eram 31. E as condecorações brasileiras de ouro e prata eram em número de 22, mas para a coleção completa faltava o colar da Rosa⁹. Outro documento, agora do arquivo do Museu Nacional de 21 de fevereiro de 1895, com a relação inclusa, acompanhava a “caixa de condecorações brasileiras existentes nesse museu que por aviso do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no.70 de 30 de janeiro último passaram a pertencer a Biblioteca Nacional” e não para o Museu do Arquivo Nacional recém-criado em 1893¹⁰.

As delimitações do que deveriam ser acervos de museus e arquivos adaptavam-se aos projetos de seus responsáveis, ao gosto de suas épocas. Em defesa de suas convicções, no início do século XX, Francisco Joaquim Bethencourt da Silva (1831-1911), diretor do Arquivo entre 1902 e 1910 – afirmava em seu relatório ao Ministro da Justiça:

Os arquivos nacionais podem e devem assumir proporções condignas de sua missão moral e jurídica. Há objetos que só a eles

⁸ Archivo Publico Nacional. A Notícia (RJ) – 1894-1916. Ano1911/Ed.00117(1) <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

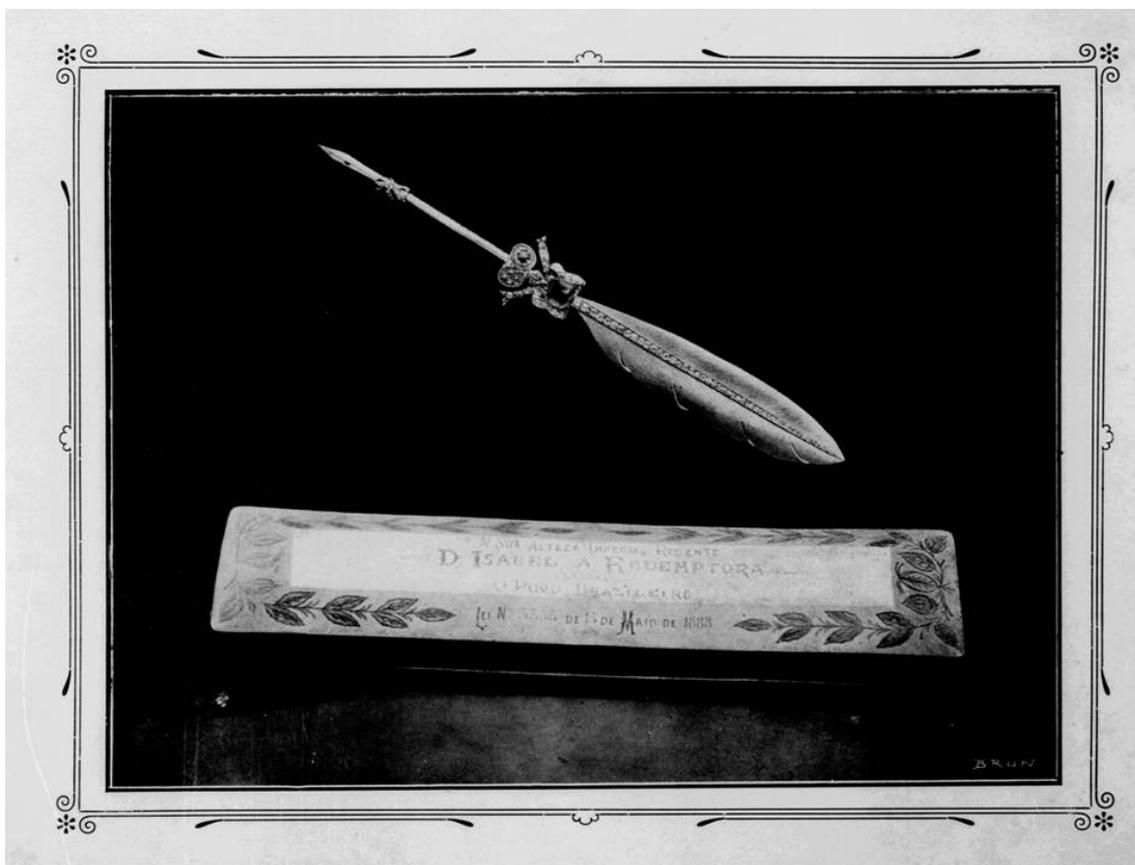
⁹ Documentação do Ministério da Agricultura, Comercio e Obras Públicas. Museu Nacional: pacote IE7 -77 (1871-1889). *Relação das moedas e medalhas existentes no medalheiro* do Museu Nacional, em 31 de janeiro de 1874.

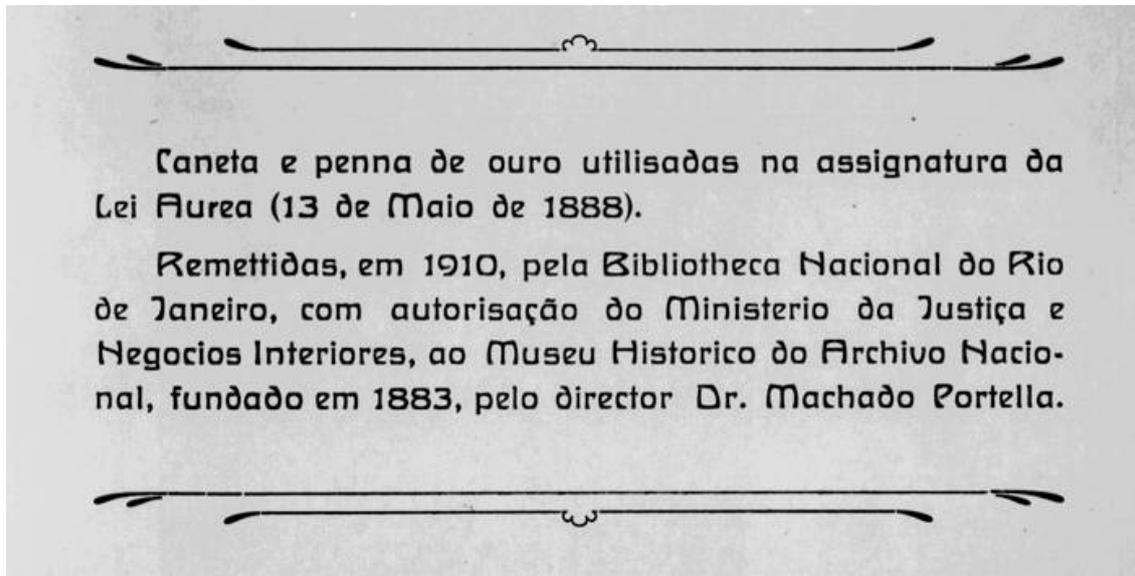
¹⁰Doc. Mus.Nac.no.20 21 de fevereiro de 1895, dirigido ao Diretor da Biblioteca Nacional, assinado por João Batista de Lacerda.

devem pertencer. Uma espada de herói ou um emblema representando um esforço de ordem superior, como uma bandeira tinta no sangue heroico do soldado que arrancou das mãos do inimigo que se acreditava vencedor, de certo não são para se recolher como raridades num museu, mas, como símbolos do brio nacional, no Arquivo da Pátria (BRASIL, 1903, p.263)

As sobreposições de coleções, aliás a serem melhor estudadas, continuaria. Um regulamento de 1916, para o Museu Nacional continha uma disposição transitória que determinava que enquanto não existisse no Rio de Janeiro um Museu Histórico, o Museu Nacional deveria ter uma seção dirigida por um professor, que ficava responsável por colecionar e conservar os objetos relacionados a história do país (Lopes, 2008). Ao mesmo tempo, no entanto que, o volume de 1917 das *Publicações do Arquivo Nacional*, de 1917, o primeiro sob a direção d'Escragnolle Doria no Arquivo destacava o Museu em editorial:

Finalmente o Museu histórico aparece em via de próxima reorganização, chamando principalmente a simpatia do público com as reproduções da caneta e da pena oferecidas à Princesa Imperial Regente Isabel a Redentora para subscrever a lei Aurea e da caixa invólucro desses objetos imortais. Todas as reproduções do Museu Histórico bem como da Biblioteca devidas ao Sr. Gustavo Bastos, são o primeiro fruto do gabinete fotográfico do estabelecimento, p.4)





Fonte: *Publicações do Arquivo Nacional*. Vol. XIII, 1913, p. 272 e 273.

Além de escolher destacar e estampar a imagem desse único objeto escolhido, nesse parágrafo, d'Escragnole Doria nos deixa saber inclusive que o Museu, situado desde 1907 no novo edifício, do antigo Museu Nacional, na Praça da República (Gomes e Lopes, 2019), despertava o interesse do público, que passava a ser contabilizado e destacado como em todos os informes oficiais das diversas instituições públicas, inclusive em suas justificativas para a necessidade constante de mais verbas para suas atividades.

Por ocasião, de novo, de um centenário – agora do Museu Nacional – a criação de um Museu Histórico para o país, passaria a ocupar páginas de revistas. O diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo, no dia 6 de junho de 1918, na comemoração do Centenário da instituição, na presença do Presidente da República Wenceslau Braz e outras autoridades políticas e do mundo científico, proferiu discurso em que colocava o Museu Nacional a favor da criação de um Museu Histórico para a nação brasileira, afirmando que o Museu Nacional já havia feito “o possível neste sentido” (LOBO, 1919, p. 25). Bruno Lobo não mencionou o Museu Histórico do Arquivo Nacional em seu discurso.

A defesa do Museu do Arquivo não se fez por esperar. O *Jornal do Commercio* de 9 de julho de 1918 contestava a aclamação por um Museu de História lembrando que o Museu Histórico já existia, e por sinal era antigo datava dos tempos do Império, era o “decano dos nossos museus de História”. O diretor Machado Portella já havia

lutado por sua existência desde 1853. A nota ainda reconhecia que ele precisava de maior desenvolvimento, mas seguramente agora iria se beneficiar em muito com o “belo movimento de intelectuais” em favor da criação de um museu histórico¹¹.

Nessa ocasião do Centenário do Museu Nacional, que também era o momento em que se iniciavam os preparativos para a comemoração de outro centenário, o da Independência, Roquette-Pinto, Max Fleuiss¹² e Bruno Lobo encaminharam, por meio do deputado Justiniano de Serpa, um Projeto de lei para a criação de um Museu Histórico Nacional, sob a guarda e direção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, não se referindo ao Museu do Arquivo Nacional. Nas palavras de Justiniano de Serpa, publicadas pela Revista do IHGB, a iniciativa era do próprio Museu Nacional:

Sr. Presidente, no intuito de atender aos votos dos cientistas brasileiros e prover a uma necessidade imperiosa de nossa educação cívica, resolvi submeter a alta apreciação e voto da Câmara um projeto de lei criando o Museu Histórico Nacional, sob a guarda e direção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

As vantagens resultantes de semelhante iniciativa, são óbvias ou de primeira intuição. Não tenho, pois, necessidade de proferir um discurso em justificação do projeto. Poderia produzir algumas palavras à Câmara, para proclamar e agradecer, em nome do país, os serviços inestimáveis que o Museu Nacional ha prestado ao Brasil, através de seu século de existência, lembrando, de passagem, os nomes de tantos cientistas que ali têm trabalhado. Poderia louvar também a orientação e serviços da atual direção daquele estabelecimento, que ontem festejou, de modo tão brilhante e tão profícuo, o seu primeiro centenário; mas, não me sendo dado usar da palavra no expediente, por estarem inscritos antes de mim outros oradores, limito-me a enviar o projeto à Mesa, prometendo dar à Câmara todas as explicações a respeito.

Termino enviando daqui à atual e competente administração do Museu os meus aplausos calorosos e as minhas felicitações bem sinceras pela iniciativa da festa de ontem e pelo êxito fulgurante, com que foi realizada. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1918, p. 332-334)

Este projeto de lei, denominava o museu a ser criado no interior do IHGB de Museu Histórico Nacional e estabelecia uma relação muito próxima entre o IHGB e o Estado brasileiro.

¹¹ Tópicos do Dia. Jornal do Commercio. Terça-feira, 9 de julho de 1918. Ano de 1918/Edição 00160(1) <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 10 de junho de 2020.

¹² Roquette-Pinto e Max Fleuiss eram sócios do IHGB. Roquette-Pinto além de funcionário do Museu Nacional teve intensa atuação no IHGB na década de 1910 e 1920 tendo participado ativamente, assim como Max Fleuiss em diferentes iniciativas das comemorações do Centenário da Independência.

Projeto n.1 – 1918 – Cria no Rio de Janeiro um Museu Histórico:

Art. 1º É criado no Rio de Janeiro um Museu Nacional Histórico, onde sejam recolhidos, catalogados, estudados e expostos ao público os documentos, os objetos, gravuras e autógrafos que interessem à nacionalidade.

Art. 2º Para aquele fim o Governo entregará ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro todo o material, daquela natureza, que existir nas repartições públicas.

Art. 3º Para condigna exposição pública das coleções do Museu Histórico o Governo auxiliará ao Instituto Histórico na construção do seu edifício, em terreno já destinado àquele fim, abrindo o necessário crédito, em que se incluirá a despesa das instalações.

Art. 4º O Instituto Histórico anualmente deverá enviar ao Ministério do Interior um relatório dos serviços do Museu, acompanhado de um inventário completo de tudo quanto fizer parte das suas coleções.

Art. 5º O Instituto Histórico obrigar-se-á a manter o Museu, em perfeita ordem, com exposições públicas diárias, inclusive aos domingos, e a fazer realizar nos dias de festa nacional conferencias públicas populares, ilustradas com projeções luminosas de fotografias, quadros e outros documentos que instruem o público e desenvolvam no ânimo nacional a veneração pelo passado do Brasil.

Art. 6º Para ocorrer às despesas desse projeto, fica o Governo autorizado a aumentar as subvenções do Instituto Histórico.

Sala de Sessões. 6 de junho de 1918. Justiniano de Serpa. – José Augusto. – Vicente Piragibe. – Bento Miranda. – Sousa Castro. – Ildefonso Albano. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1918, p. 332-334).

O IHGB era sem dúvida um ‘parceiro privilegiado’ (Costa, 2000) do Arquivo Nacional. Mas também um de seus rivais em missões que se sobrepunham. Há que se destacar que desde a sua fundação em 1839, já se previa a existência de um Museu no IHGB e sua criação ocorreu 12 anos mais tarde, em 1851 e se mantém até os dias atuais. Em 1886, a Revista do IHGB publicou-o com o título “Instituto Histórico Objectos do Museu”. Catálogo, organizado pelo 1º secretário Dr. Moreira de Azevedo, uma listagem de 26 páginas, onde além de artefatos indígenas, bustos, máscaras em gesso de personalidades e outros objetos, vinha listada uma expressiva quantidade de moedas e medalhas comemorativas, tal qual eram colecionadas pelo Arquivo Público. E, ressalte-se que nas comemorações pelo dia da Independência, o IHGB também daria maior visibilidade a suas coleções com a realização na sua sede de uma Exposição, cujo catálogo incluindo objetos do seu Museu foi publicado pela Revista do

IHGB¹³. Mas fica claro pelo Projeto de Lei apresentado, que este Museu Histórico Nacional teria um acervo mais amplo necessitando, inclusive, de um prédio próprio.

Nesses anos da administração de D'Escragnolle Doria à frente do Arquivo Nacional, ele teria priorizado transformar a instituição na guardiã da memória, tradição e história nacionais por meio de diferentes mecanismos, segundo Lourenço (2014). D'Escragnolle Doria que, como podemos inferir chegou à direção do Arquivo com o antecedente de ter viajado com bolsa do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores com vistas ao recolhimento de documentação histórica brasileira, de 1910 a 1912, havia sido além de Professor do Colégio Pedro II, membro de diversas sociedades científicas e literárias e, igualmente, do IHGB. Entre seus projetos estava a dinamização do museu que daria maior visibilidade pública à instituição, a diversificação do programa editorial e da criação do laboratório fotográfico, uma modernização importante inclusive para a preservação dos documentos, como ressaltava em diversos de seus relatórios oficiais.

D'Escragnolle Doria integrou a comissão para as Comemorações do Centenário da Independência e foi também por isso que se manifestou de forma contundente contrário a projeto de lei que pretendia instituir um Museu de História Nacional abrigado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Projeto de lei tramitou na Câmara e a Comissão de Instrução Pública da Casa sinalizou que não caberia ao Poder Legislativo criar instituições para o Poder Executivo. A referida comissão formulou um substitutivo que "(...) autorizava o Executivo a entrar em acordo com uma associação particular que seria responsável pela direção e guarda do museu, em vez de cria-lo subordinado ao IHGB." (LOURENÇO, 2014, p. 76).

D'Escragnolle Doria, diretor do Arquivo Nacional, se manifestou contrário a este projeto de lei por meio de um texto encaminhado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Urbano Santos da Costa Araújo. O texto era uma exposição de motivos publicada posteriormente sob o título "O Museu Histórico do Arquivo Nacional: seu papel como museu do Estado". Nele, segundo Lourenço (2014), destacava o caráter oficial do Arquivo Nacional cuja criação constava de Regulamento oficial de instituição

¹³ Garcia, Dr. Rodolpho "Catálogo dos livros, folhetos, documentos, retratos, bustos, máscaras, etc., pertencentes à Biblioteca, Archivo e Museu do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, que figuraram na Exposição promovida pelo mesmo Instituto, em 7 de setembro de 1922, para comemorar o 1º Centenário da Independência do Brasil". Revista do IHGB. O Anno da Independencia. Tomo especial, RJ, 1922, p. 473-527.

pública e não de uma instituição privada como era o caso do IHGB. Da exposição de motivos, destaca-se o seguinte trecho:

O Estado não pode entregar os livros de suas bibliotecas, os papeis de seus arquivos, os objetos dos seus museus a sociedades particulares

respeitáveis, ativas e antigas que se mostrem e fiscalizadas que sejam.

Fiscaliza-las é cair em círculo viciosos, vigiando a sua propriedade depois de tê-la dado. [...]

A mais antiga ideia *oficial* de um Museu Histórico é do Arquivo Nacional, é do Antigo Regime, de 1883. Tudo o mais no assunto vem depois. Criado, conforme foi exposto ao Exmo. Snr. Urbano Santos da Costa Araujo, quando ministro da Justiça, exposição que mereceu de S. Ex. ordem imediata de impressão oficial e remessa ao Poder Legislativo. [...] Hoje, pode ser achada exígua, digna de modificação, de proteção, de incremento, mas não criada, porque nada se cria duas vezes. (Doria, citado por LOURENÇO, 2014, p.78).

No contexto dessas discussões, o relatório do Ministro da Justiça de 1919, assinalava que o diretor do Biblioteca Nacional lembrava a ‘conveniência’ de se transferir a coleção de moedas e medalhas brasileiras, que se achava ‘deslocada’ no Arquivo Nacional, assim como um medalheiro da casa da Moeda para um novo medalheiro que estava sendo organizado na Biblioteca, lembrando que a há 24 anos, em 1895, o Museu Nacional já havia transferido sua coleção numismática e que nada justificava a dispersão por várias instituições de “peças que, para a facilidade de consulta e estudos, deviam estar reunidas em uma única repartição” (BRASIL, 1919, p.77)

Por outro lado D’Escragolle Doria continuava defendendo suas posições e destacando as melhorias que o Museu vinha implementando, embora as novas aquisições resultassem apenas de doações e o museu ainda não dispusesse de verba própria: “Um museu não é, simplesmente, um amontoado de objetos; mas a reunião destes, em bem do patriotismo, da história da evolução social, do testemunho das épocas de um povo”. O material existente no Museu estava todo disposto nas suas salas próprias: as salas D. Pedro II e Machado Portela. Móveis e telas haviam sido reparadas, catálogos das moedas e objetos do Museu estavam em andamento, enquanto o das medalhas já estava concluído. E, destacava: “ao surto rápido e belo do Museu Histórico correspondeu a confiança pública” (BRASIL, 1920, p.49). Tal confiança, resultava da autorização que Doria obtivera do Ministro da Justiça, para

percorrer estabelecimentos públicos, levantando aqueles que possuísssem objetos históricos que devessem ser removidos para o Museu do Arquivo¹⁴.

Como sinalizado anteriormente, com a proximidade do Centenário da Independência, a questão da criação de um museu, de um espaço simbólico para a História Nacional permanecia. Por meio do Decreto 4.175 de 11 de novembro de 1920, é criada comissão para organizar as comemorações pelo centenário da Independência. Dentre as atividades aprovadas em 1921 havia a criação de um museu, o Museu da Independência, que se estabeleceria em uma parte do Palácio da Quinta da Boa Vista que, como se sabe, abrigava o Museu Nacional. O acervo desse novo museu seria formado a partir da doação de coleções do próprio Museu Nacional, do Museu Naval, do Arquivo Nacional. Dada a complexidade da tarefa, foi criada uma subcomissão para tratar exclusivamente deste assunto. Esta subcomissão foi formada pela Biblioteca Nacional, Museu Nacional, Arquivo Nacional, IHGB e da prefeitura do Rio de Janeiro. (RIBEIRO, 2014, p. 44-46).

“Na ausência da memória viva e espontânea, comemoram-se aniversários, organizam-se celebrações, constroem-se monumentos, criam-se instituições tais como arquivos, bibliotecas e museus nacionais” como já afirmou uma das historiadoras do Arquivo Nacional (COSTA, 2000, p. 224). Tal qual se criava um novo museu em 1922, é exatamente o que faz o volume 29 de 1997 dos *Anais do Museu Histórico Nacional* em sua ‘Edição Comemorativa dos 75 anos de fundação do Museu’. Esse volume republica e traz os artigos que recolocam o Museu do Arquivo Nacional no centro das polêmicas em torno da criação de um museu histórico para o centenário agora da independência do país.

A discussão acerca da criação de um museu para celebrar a nação envolvia vários atores que poucos anos antes haviam mostrado posicionamentos diferentes em relação ao problema. Destaca-se, inclusive que D’Escragnolle Doria era o presidente dessa subcomissão. Nesse sentido, tanto o Arquivo Nacional quanto o IHGB não concordavam com a criação de um novo museu uma vez que ambas as instituições alegavam, de alguma forma, já representar esse papel. Segundo Elkin (1997), em documento apócrifo, pode-se ler o seguinte registro:

Infelizmente não é possível concordar com o Snr Escragnolle Doria e subscrever seu parecer sobre o adiamento da fundação do Museu da

¹⁴ O Paiz (RJ) 1910-1919 Ano 1919/Edição 12632(1). Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 10 Jun. 2020.

Independência, que no caso seria o início do Museu Histórico Nacional. Pensamos que o assunto é inadiável e deve ser encarado com firmeza e patriotismo, evitando que, por ocasião da comemoração do Centenário de nossa Independência, não exista, ainda no nosso país, um Museu Histórico”. (Apud ELKIN, 1997, p. 128)

O documento ainda acrescenta:

A Congregação do Museu Nacional resolveu em vista do que ficou acima dito, não fazer entrega dos objetos históricos ali existentes ao Arquivo Nacional, pois tal entrega teria como consequência apenas retardar a fundação do Museu Histórico, pois não teria sido possível criá-los, desenvolvendo uma seção do Arquivo, por mais esforçado que seja o seu Diretor. (Apud ELKIN, 1997, p. 129)

As negociações que culminaram na criação de uma instituição específica para abrigar a História nacional foram objeto de estudos (COSTA, 2013; RIBEIRO, 2014) e, de fato, em 1922, o Arquivo Nacional encaminhou para o recém criado Museu Histórico Nacional o acervo de seu museu, encerrando assim esse capítulo da história institucional. Mais um museu como outros que desapareceria da historiografia museológica brasileira, no caso por disputas políticas institucionais, novas definições do que deveriam ser um Arquivo Nacional e um Museu Histórico Nacional que reunissem “provas autênticas da nação” emprestando as palavras de Célia Leite Costa (2000).

Considerações finais: O Museu Histórico do Arquivo Nacional no Museu Histórico Nacional

Em busca daquilo que foi inscrito e não apagado acerca da trajetória de vida oficial do Museu Histórico do Arquivo Nacional (1893 – 1922)¹⁵, o “Museu de Estado” nas palavras de D’Escragnole Doria, reproduzimos aqui o que seriam os objetos - antigos “documentos da história pátria” - do Museu Histórico agora já no Museu

¹⁵ As revistas mencionadas aqui foram pontos de partida para todo um levantamento em andamento nos relatórios ministeriais, nos jornais, na documentação do Arquivo necessários para se traçar a trajetória dos objetos de cultura material que desde o início do Arquivo Público do Império entraram para as coleções de “documentos históricos” do Museu. O Arquivo Nacional possui um catálogo (não disponível online) intitulado Catálogo do Museu Histórico do Arquivo Público do Império BR RJANRIO AN.TXT, ANA.0.359 – Dossiê. s/d Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1098329&v_aba=1>. Acesso em: 10 Abr. 2020. Há muito trabalho ainda a ser feito para uma maior aproximação do que foi o acervo desse Museu.

Histórico Nacional. Ressaltamos dois processos – o 09/1922 e o 10/1922¹⁶ que tratam da transferência do acervo do Arquivo Nacional para o Museu Histórico Nacional.

O Processo 09/1922 de seis páginas, entre outros itens elenca a entrega ao novo museu por parte do Arquivo Nacional de medalha de ouro comemorativa do Centenário da Independência que fora enviada ao Arquivo pela Casa da Moeda, e de medalha cunhada pelo Derby Club também comemorativa do Centenário da Independência. O encaminhamento de ambas as medalhas - entendidas como documentos, talvez? pela Casa da Moeda e pelo Derby Club ao Arquivo pode ser indicativo de um reconhecimento ainda do Museu do Arquivo Nacional como o lugar tradicional de guarda da História da Nação.

O artigo 83 do regulamento aprovado pelo decreto 15.596 de 2 de agosto de 1922 estabeleceu que fossem transferidos para o Museu Histórico Nacional os objetos que constituíam o museu histórico do Arquivo. Cumprindo aquela disposição o relatório ministerial informava que haviam sido transferidos para a outra repartição os objetos referidos, depois de inventariados convenientemente (Brasil, 1923, p.69). Poucos dias depois, o Aviso 1.455 de 29 de agosto de 1922, listava os objetos transferidos para o MHN¹⁷:

Objetos transferidos para o Museu Histórico Nacional pelo Aviso 1.455 de 29 de agosto de 1922

1. Vara de almotacé da antiga Vila Real da Conceição de Sabará
2. Dois arcos e duas flechas de tribos indígenas brasileiras
3. Mesa e Tinteiro de Evaristo da Veiga
4. Um quadro com retrato litografado de Evaristo da Veiga
5. Treze vidros do vapor “Alagoas” de diferentes tamanhos¹⁸
6. Quatro cadeiras de jacarandá com assento de couro
7. Mesa que pertenceu ao barão de Jequitinhonha com brasão ao centro
8. Prensa com sinete da antiga Câmara dos Deputados
9. Fechadura da Cadeia Velha
10. Placa comemorativa da residência de José Bonifácio na ilha de Paquetá
11. Duas coroas de prata pertencentes ao Palácio da Quinta da Boa Vista
12. Serviços (?) de prata da Capela Imperial da Boa Vista

¹⁶ Ambos os processos encontram-se disponíveis em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=29179&Pesq=Arquivo%20Nacional>>. Acesso em: 18 a 20 Abr. 2020.

¹⁷ Contabilizamos 114 itens constantes dos processos 09/1922 e 10/1922. Informamos que em ambos processos, a sequência numérica não é respeitada e a cada novo documento esta sequência se inicia no número 1.

¹⁸ O vapor “Alagoas” levou a Família real para o exílio em 17 de novembro de 1889.

13. Dois grandes escudos de prata com as iniciais P II. Em metal amarelo
14. Dois escudos menores de prata com as iniciais P II. Em metal amarelo
15. Chapa de prata dos remadores da antiga galeota imperial
16. Um cálice de metal branco do altar da capela imperial do Palácio Imperial da Boa Vista
17. Um cálice de ouro do altar da capela imperial do Palácio Imperial da Boa Vista
18. Um cibório de metal amarelo da capela imperial do Palácio Imperial da Boa Vista
19. Uma coroa de prata de imagens pertencentes à capela do Palácio da Boa Vista
20. Uma toalha de linho bordada a ouro do altar da capela do Palácio da Boa Vista
21. Quatro castiçais de prata dos palácios imperiais tendo um deles a Coroa Imperial por cima das iniciais P I.
22. Um castiçal de metal com manga
23. Dois castiçais de metal amarelo. Oferta de Escragnole Doria
24. Castiçal de uso do Barão de Penedo
25. Corta papel de marfim e prata de uso do Barão de Penedo
26. Escrivadinha de metal do Conselho de Estado do Brasil
27. Vinte e cinco azulejos antigos de casa do Rio de Janeiro
28. Dois telhões grandes e três menores
29. Relógio de Manuel José da Infelicidade
30. Um capacete recolhido em campo de batalha de conflagração europeia (oferta do Dr. Andrade Bezerra)
31. Uma vitrine contendo ramalhete de flores artificiais confeccionada pela princesa D. Leopoldina e oferecido ao seu marido Duque de Saxe em 1867.
32. Uma caixa contendo chaves
33. Uma mesa estilo Imperial
34. Dois dunquerques e espelhos do palácio do Duque de Saxe, hoje escola Wenceslau Braz
35. Caixas com peso de metal, para verificação de padrão tipo metro, agosto de 1880.
36. Selo do Tesouro Público Provincial do Amazonas no tempo do Império
37. Selo de ferro com as armas imperiais do tempo de D. Pedro II
38. Selo menor do Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires no regime monárquico
39. Carimbo do Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires no regime monárquico
40. Carimbo do Consulado Geral do Brasil na república Argentina no regime monárquico
41. Selo do Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires no regime monárquico
42. Carimbo do Consulado Geral dos Estados Unidos do Brasil em Buenos Aires
43. Selo da Câmara de Santa Maria de Baependy no tempo do Império
44. Selo com as Armas do Império usado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (Oferta do Dr. Carlos de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores, em 1896) Modulo grande
45. Selo com as armas imperiais do tempo de D. Pedro I (?)
46. Selo do Gabinete do Ministro da Justiça no regime monárquico

47. Selo da Diretoria Geral de Estatística no regime monárquico
48. Carimbo de borracha empregado na Secretaria do Conselho de Estado no tempo do Império
49. Selo do Ministério da Guerra no regime monárquico
50. Cliché da medalha comemorativa do IV Centenário do Descobrimento do Brasil mandada cunhar pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB)
51. Selo do primeiro Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional da Corte
52. Selo com as armas de José de Oliveira Barbosa (depois Barão do Passeio Público e Visconde do Rio Comprido). Quando governador de Angola
53. Selo com as armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves no tempo de D. João VI (Oferta do Dr. Carlos de Carvalho)
54. Carimbo seco do Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires no regime monárquico
55. Mesa da primeira Assembleia Constituinte brasileira
56. Selo com as Armas do Império usado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros (Oferta do Dr. Carlos de Carvalho Ministro das Relações Exteriores, em 1896). Módulo menor
57. Um capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I. Dragões da Independência
58. Um quadro com a bandeira do sexto batalhão que serviu na Guerra do Paraguai
59. Um quadro com a bandeira do quinto batalhão de Voluntários do Rio Grande do Sul
60. Duas alabardas do extinto Corpo de Arqueiros do Império
61. Revólver de campanha de Duque de Caxias
62. Bandeira do quarto batalhão da Guarda Nacional da Corte
63. Sabre de Abordagem
64. Modelo da Fortaleza de Humaitá
65. Distintivo de ouro “Independência ou Morte
66. Distintivo de ouro e esmalte “Independência ou Morte”
67. Berloque de água-marinha atribuído a D. Pedro I
68. Relicário de ouro contendo cabelos de D. Pedro I
69. Caixa formato de medalha contendo a Constituição do Império
70. Anel de ouro e pérola oferecido pela imperatriz D. Tereza Christina a sua dama D. Elisa de Beaurepaire
71. Retrato em miniatura da imperatriz D. Leopoldina
72. Relógio de ouro do ex-ditador Solano Lopez
73. Caixinha para rapé com as armas da família Souza e Mello
74. Miniatura em broche pertencente à baronesa de Penedo
75. Argolão antigo com um retrato em miniatura
76. Anel antigo de Crisálitas
77. Relógio anel antigo
78. Par de botões antigos com crinolitas
79. Abotoadura de mosaico e ouro
80. Relicário antigo de ouro

81. Broche antigo de marfim da Viscondessa de Uruguai
82. Broche antigo de cristal e marfim
83. Pulseira de ouro, fabricação baiana
84. Pulseira de ouro com a efígie de D. Pedro II, fabricação baiana
85. Sinete antigo de marfim do Visconde de Uruguai
86. Caneta de ouro com grande esmeralda cravejada de brilhantes e pena que serviram para a assinatura, pela Princesa Isabel, da lei de 13 de maio de 1888.
87. Caneta e pena de prata que serviram na averbação do trânsito de 13 de maio pela Chancelaria Mor do Império
88. Caneta utilizada para registrar o primeiro casamento civil realizado a 12 de junho de 1890
89. Caneta utilizada na solenidade de lançamento da pedra fundamental da Maternidade do Rio de Janeiro, na praia da Lapa, em 1889
90. Caneta oferecida a Dona Francisca Balthazar da Silveira pela loja maçônica Boa Esperança
91. Caneta oferecia pelos constitucionais de Pernambuco ao Conselheiro José Maria da Silva Paranhos para a assinatura do Tratado de Aliança do Brasil com a República do Uruguai, em 20 de fevereiro de 1865
92. Venera da Rosa ofertada por D. Pedro II ao arquiteto Schreiner (Oferta do Sr. Otto Julio Schreiner)
93. Comenda da Rosa, pertencente ao Conselheiro Barão de Pacheco preceptor dos filhos do Duque de Saxe (Oferta dos herdeiros do Barão de Pacheco)
94. Comenda da Ordem Ernestina de Saxe, pertencente ao Conselheiro Barão de Pacheco preceptor dos filhos do Duque de Saxe (Oferta dos herdeiros do Barão de Pacheco)
95. Relógio de bolso com miniatura em esmalte
96. Relógio de bolso antigo de prata
97. Dois retratos em miniatura de família
98. Botão e emblema de farda do Padre Diego Antônio Feijó
99. Distintivo de uso dos revolucionários da Confederação do Equador (1824)
100. Cetro do Imperador D. Pedro II com a vitrine
101. Cadeira do Imperador no Senado com o respectivo estrado
102. Cadeira do Imperador no Supremo Tribunal Militar de Justiça com o respectivo estrado
103. Retrato do Imperador D. Pedro II com a respectiva peanha
104. Retrato de Duque de Caxias
105. Retrato do Imperador D. Pedro II com o respectivo cavalete
106. Dois selins de uso da Casa Imperial
107. Um banco do vapor “Alagoas”
108. Dois armários com portas de vidro do vapor “Alagoas”
109. Cinco cadeiras do vapor “Alagoas”
110. Um relógio de parede do vapor “Alagoas”

111. Uma roda de leme do vapor “Alagoas”
112. Um quadro com um vidro do camarote do Imperador D. Pedro II do vapor “Alagoas”
113. Duas placas de metal amarelo
114. Dois selins com cavalete

Os Anais do Museu Histórico Nacional trazem outras referências a esse acervo transferido do Museu do Arquivo Nacional para o Museu Histórico Nacional: - uma Tela de D. Pedro II que pertenceu à Câmara Municipal de Itaguaí e foi oferecido pelo Dr. João Curvelo Cavalcanti ao Arquivo Nacional do qual foi transferido para o Museu Histórico Nacional (*Anais do Mus Hist Nac* Vol. IV, 1943, p. 396). - Inúmeros exemplares de cédulas do Tesouro Nacional, modelos do Banco do Brasil e da Caixa de Estabilização no período entre 14 de março de 1927 a 10 de janeiro de 1928. (*Anais do Mus Hist Nac* – volume XIII -1952, p. 253). Um poltrona do século XVIII, Estilo D. João V, que pertencia à Câmara de Sant’Anna de Japuíba – RJ. (*Anais do Mus Hist Nac* – volume XVI -1966, p. 285 e 286)

Outros itens surgem do Catálogo Informativo da Coleção Pedro II no Museu Histórico Nacional elaborado por Emilia Dyer e Catarina Eleonora Ferreira, indicados explicitamente como transferência do Arquivo Nacional em 1922 (*Anais do Mus Hist Nac* vol. XXVI, 1975, pp 143 a 163)

1. Item 29 – Travessa com alças
2. Item 36 – Terrina com tampa
3. Item 97 - D. Pedro II. Época da maioridade. Autor não identificado. Tela/Óleo. 108 X 84
4. Item 114 – D. Pedro II – 1874. Óleo/Tela ass. 73 X 58
5. Item 115 – D. Teresa Cristina – 1874. Óleo/Tela 73 X 58.
6. Item 123 – D. Pedro II – 1888. Óleo/Tela ass 78,6 X 62,6. Esteve exposto no Salão Nobre da Alfândega do Rio de Janeiro até 1889.
7. Item 128 – D. Teresa Cristina – 1880. Óleo/Tela 52 X 40.
8. Item 144 – Trono do Senado. Madeira Dourada, Sigla P II, escudo imperial, anjo e dragão imperial.
9. Item 145 – Trono da sala de sessões do Supremo Tribunal de Justiça Militar. Madeira dourada, veludo, pavilhões e dragão da Casa Imperial.
10. Item 167/168 – Armários de parede do camarote de D. Teresa Cristina.
11. Item 169 – Banco de Convés.
12. Item 170 – Cadeira Giratória.
13. Item 171/172/173 – Cadeiras singelas. Transferência Arquivo Nacional – 1922, p. 158.
14. Item 175 – Relógio de Parede - Fabricação inglesa – James Morton-Sunderland

15. Item 176 Vidro do camarote de D. Pedro II com as armas imperiais.
16. Item 190 – Pá de Pedreiro Prata e Marfim. Usada por D. Pedro II na colocação da pedra fundamental do Hospital Marítimo de Jurujuba (05/07/1889)
17. Item 263 Colar de Conchas. Feito por um degredado da ilha de Fernando de Noronha e oferecido à Imperatriz D. Teresa Cristina – 1884.
18. Item 264/265 Coroas Imperiais dos túmulos dos imperadores em São Vicente de Fora, Portugal.
19. Item 268 - Roda de leme do vapor “Alagoas”.

A coincidência de objetos nas duas listagens – a proveniente dos processos de entrada de acervo e a do Catálogo constante dos Anais do MHN - se dá em decorrência especialmente da resignificação dos objetos que passaram a integrar a Coleção D. Pedro II. Aqueles objetos que não foram identificados como da Família Imperial, são todos do período imperial brasileiro. No que se refere aos objetos da Família Imperial, cujos documentos foram tratados em sub-divisões particulares no Arquivo Nacional, é bastante conhecida a questão de seu rápido banimento e do destino dos objetos, coleções, livros, museu e dos próprios palácios da Família de D. Pedro II.

A despeito das inúmeras tentativas dos procuradores da Família Imperial de reaver seus bens ou pelo menos deliberar acerca de seu destino, o Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) tratou de se apropriar dos bens e dos palácios realizando, inclusive uma série de leilões (SANTOS, 1940, p. 1951) em que eram amplamente divulgados à época pelos jornais do período.

Um elemento que consideramos relevante é que, quando da transferência do acervo do Museu Histórico do Arquivo Nacional para o Museu Histórico Nacional em 1922, a República tinha 33 anos de proclamada e o Museu oficial do Histórico do Arquivo Nacional, 29 anos. Ao longo dessas três décadas de República, a sociedade brasileira vivenciara sucessivas crises relacionadas ao regime republicano e intelectuais e políticos do período, como Tobias Monteiro, Oliveira Lima e Alberto Torres sinalizavam que “aquela não era a República de seus sonhos” (CARVALHO, 1990, p.52). Talvez não fosse também o Arquivo dos seus sonhos.

As disputas em torno da criação de um Museu, em referência à Independência ou à memória da nação brasileira que completava 100 anos, costumam ser interpretadas como parte desse processo de recuperação da imagem do Império brasileiro.

A proximidade do centenário da Independência em 1922 era ao mesmo tempo fomento e resultado que avivava o período monárquico no texto de diferentes autores que se dedicaram a inaugurar um processo de revisionismo histórico acerca da monarquia brasileira naqueles anos. Nesse sentido, Sandes sinaliza

Obviamente, a difícil experiência política da Primeira República mobilizou um sentimento de frustração que se abateu sobre a sociedade e permitiu que se lançasse um olhar positivo em relação ao passado, minando as bases interpretativas de uma historiografia anti-imperial. (SANDES, 2000, p. 139-140)

Havia uma série de temas que mobilizavam políticos e intelectuais do período: o espólio da Família Real e a questão do possível retorno dos herdeiros tendo em vista o falecimento da Imperatriz no próprio ano de 1889 e do Imperador D. Pedro II em 1891. Inclusive pelo decreto 4.120 de 3 de setembro de 1920, havia sido suspenso o banimento e a possibilidade de os herdeiros retornarem ao país.

Nesse contexto, temos a decisão do Presidente Epitácio Pessoa de estabelecer um Museu Histórico Nacional desvinculado tanto do IHGB, quanto do Arquivo Nacional, acatando a princípio o parecer de Ramiz Galvão, diretor da Biblioteca Nacional. Na sequência desse processo, são escolhidos o local – os prédios que compunham a Ponta do Calabouço – e um diretor: Gustavo Barroso.

Todos esses agentes e o próprio museu quer no espaço do Arquivo Nacional, quer na Ponta do Calabouço, apesar de nos remeter ao período monárquico brasileiro protagonizavam debates e discussões amplamente retratados nas publicações das instituições e jornais de sua época – anos 1910 e 1920 – e foram responsáveis por “(...) uma significativa revisão da historiografia republicana sobre o Império” (MALATIAN, 1972, p. 73).

A atuação de D’Escragnolle Doria à frente do Museu Histórico do Arquivo Nacional ou de Gustavo Barroso na direção do Museu Histórico Nacional e demais agentes envolvidos podem parecer ter a capacidade de nos remeter ao Brasil do Oitocentos. Acreditamos, entretanto, que foram as circunstâncias e questões dos anos 1910 – 1920, que mobilizaram esses agentes e possibilitaram que as experiências do XIX, de acordo com Meneses, entrassem em um “(...) processo permanente de construção e reconstrução de sentidos sobre o passado no presente. (...)” (1992, p.11).

Referências

- Alberti, S.J.M.M. Objects and the Museum. *ISIS*. 2005, 96, 4, December: 559-571. DOI: 10.1086/498593 Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/498593>
- BARATA, Mário. Origens dos museus históricos e de arte no Brasil. *RIHGB*, v. 147, n. 350, 1986, p.22-30. Disponível <https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsNnQ4V1ZHSmh0VnM/view>. Acesso em: 22 Abr. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL. Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821 existentes no Arquivo Nacional e dirigidos, salvo expressa indicação em contrário, ao governador do Rio de Janeiro, e depois de 1763, ao vice-rei do Brasil. 2. ed. rev. e melhorada por A. Esteves. Prefácio da 1. ed. de Joaquim Pires Machado Portela. Rio de Janeiro, 1922. (Publicações Históricas, 1). (1. ed.: 1886).
- BRASIL. Regulamento do Arquivo Público do Império. Ministério do Império. Ministro (José Bento da Cunha e Figueiredo). Relatório do ano de 1876 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 16ª legislatura (Publicado em 1877).
- BRASIL. Decreto nº 6.614 de 24 de março de 1876.
- BRASIL. Decreto nº 1.580 de 31 de outubro de 1893.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Ministro (Antonio Luiz Affonso de Carvalho). Relatório dos anos de 1890 e 1891 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em outubro de 1891. Publicado em outubro de 1891.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Ministro (Urbano Santos da Costa Araújo). Relatório dos anos de 1918 e 1919 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em julho de 1919.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Ministro (Alfredo Pinto Vieira de Mello). Relatório dos anos de 1919 e 1920 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em junho de 1920.
- BRASIL. Ministério do Império. Ministro (João Alfredo Corrêa de Oliveira). Relatório do ano de 1873 apresentado à Assembleia Geral na 3ª sessão da 15ª Legislatura. (Publicado em 1874).
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CATROGA, Fernando. "Memória e História" In: PESAVENTO, Sandra. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.
- CASTELLO BRANCO, Pandiá Tautphoeus. Subsídios para a História do Arquivo Nacional na Comemoração do seu Primeiro Centenário (1838 – 1938). O Arquivo no Império. In: *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, vol. 35, 1937.
- CAVALCANTI, Alcides Bezerra. Apresentação. In: *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, vol. 35, 1937.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XV e XVIII. Brasília, Editora UnB, 1994.

- CHARTIER, Roger. *Inscrever e Apagar*. Cultura Escrita e Literatura. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- CONNERTON, Paul. *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, dez. 2000. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2123/1262>>. Acesso em: 24 Jun. 2020.
- COSTA, Julia Furia. *O Culto da Saudade*. História e Passado na Criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924) Dissertação. PPGHIS. Universidade de Brasília. Brasília, 2013.
- CROCE, Benedetto. *Teoría e Historia de la Historiografía*. Buenos Aires: Editorial Escuela, 1965.
- Daston, L. The Glass Flowers. In: Daston, L. (ed.) *Things That Talk: Object Lessons from Art and Science*. New York. Zone Books. 2004: 223-254.
- DORIA, Luiz Gastão d'Escragnolle. [Prefácio]. In: *Publicações do Arquivo Nacional*, v. 17. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1917. p. 3-6.
- DORIA, Luiz Gastão d'Escragnolle. [Prefácio]. In: *Publicações do Arquivo Nacional*, v. 19. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1919.
- DORIA, Luiz Gastão d'Escragnolle. [Prefácio]. In: *Publicações do Arquivo Nacional*, v. 20. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1922.
- ELKIN, Noah Charles. 1922: o encontro do efêmero com a permanência. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 29, p. 121-140, 1997.
- ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura, FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 81-108, jan./jun. 2010.
- FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1994.
- FINDLEN, Paula. *Possessing Nature: museums, collections and scientific culture in early modern Italy*. University of California Press, 1996.
- Furtado, Alcibiades. Catálogo dos Livros da Secção Histórica Arquivo Nacional precedido do respectivo plano. *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, Vol. XIII, 1913.
- Gomes, Ana, Lopes; Maria Margaret. O Processo de Tombamento da primeira sede do Museu Nacional na atual Praça da República, Rio de Janeiro. *Tempo* Vol. 25, n. 3, set/dez, 2019.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>>. Acesso em: 09 Jun. 2020.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever a História, domesticar o passado. In: LOPES, Antonio Herculano et ali. *História e Linguagens*. Texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- JURATIC, Sabine. De la prosopographie des libraires à l'étude des réseaux du livre : bilan et perspectives de recherche. In: BARBIER, F e MONOK, I. *Cinquante Ans*

d'histoire du Livre. De L'apparition du Livre (1958) à 2008. Bilan Et Projets. Budapest. Országos Széchényi Könyvtár, 2009.

LOBO, Bruno. O Museu Nacional de História Natural. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 22, 1919, p. 25.

LOPES, Maria Margaret; FIGUEIRÔA, Sílvia. F. M. de. Le CNAM inspire une idée de musée aux tropiques: la collection des machines et des modèles industrielles de la Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - SAIN (Brésil, 1827-1878). *Cahiers d'histoire du CNAM*, Paris, (in press).

LOPES, Maria Margaret. Trajetórias museológicas, biografias de objetos, percursos metodológicos. In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de R.. (Org). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo; Rio de Janeiro: Via Lettera/MAST, 2008: p.305-318.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo/Brasília: Hucitec/UnB, 2ed. 2008,

LOURENÇO, Mariana Simões. *Do Acervo ao Livro*. As Publicações do Arquivo Nacional (1886-1922). 2014. 190f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1790.pdf>>. Acesso em: fevereiro, 2020.

MALATIAN, Teresa. O retorno do César Caricato. In: BRESCIANI, M.S., SAMARA, E. M., LEWCOWIZC, Ida (org.). *Jogos da Política*. Imagens, Representações e Práticas. São Paulo: Anpuh/Marco Zero/Fapesp, 1992.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. A Formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1999.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. "A História Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais." In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 34, 1992.

QUINAULT, Roland. "The Cult of the Century (1784 – 1914)" In: *Historical Research*. Vol. 71, nº 176, p. 303 – 323, 1998.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, t. 83,1918, p. 332-334.

RIBEIRO, Henrique de Vasconcelos Cruz. *Um Capítulo na História da Museologia no Brasil*. Um Olhar sobre o surgimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional. Dissertação de Mestrado (UniRio/Mast), 2014.

SANDES, Noé Freire. *A Invenção da Nação*. Entre a Monarquia e a República. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

Data de recebimento: 29.06.2020

Data de aceite: 04.09.2020